RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2016.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ano de 2016 teve como tônica a continuidade das mazelas que assolaram também o ano de 2015. Persistimos com o desafio da estiagem, que reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, especificamente na região Sul e Sudeste, vindo a ter reflexos na região Norte e, consequentemente, na própria UHE Peixe Angical.

Atrelado às intemperes hídricas, a Enerpeixe também teve o encerramento dos contratos de venda de energia elétrica firmados diretamente com Distribuidoras de energia elétrica, os quais remontavam ao início da operação comercial, passando a iniciar, neste passado ano de 2016, a vigência de novos contratos para fazer frente ao mercado energético brasileiro. Com uma nova modelagem de preços, a qual foi inferior aos contratos antigos, em decorrência do preço atual da energia, a Companhia conseguiu, mesmo assim, maximizar seus lucros por meio de alterações de postura de todos os seus colaboradores, conscientes do cenário desfavorável.

Para este novo ciclo de contratos com vigência iniciada em janeiro de 2016, a composição entre os ambientes foi modificada para 72,01% da garantia física negociada no ACL, 5,35% negociada no ACR, 3,39% destinadas para compensar o consumo interno e as perdas técnicas, e 19,25% da energia encontra-se descontratada.

A composição acima teve por objetivo evitar ao máximo as intemperes geradas pelo efeito do GSF, deixando parte da energia descontratada para possibilitar sua utilização como sendo um *hedge* para redução de contribuições de sua cota parte no Sistema Interligado Nacional - SIN, e também para negociar eventuais sobras desta energia pelo preço do mercado, o que possibilitaria uma receita adicional à companhia, caso o mercado trabalhasse com o preço acima da produção.

2. PRÊMIOS E CONQUISTAS

Também foi no ano de 2016 que a UHE Peixe Angical atingiu sua maturidade plena, atingindo suas "bodas de zinco". No dia 27 de junho de 2016, a Companhia completou 10 (dez) anos de entrada em operação comercial da primeira unidade geradora UG1. Tal fato foi noticiado amplamente pelos meios de comunicação do Estado do Tocantins, além do que, a Companhia e seus Acionistas foram agraciados pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins com uma moção de aplausos.

A UHE Peixe Angical também foi reconhecida e certificada pelos compromissos definidos no selo Energia Sustentável, tendo atingido o nível máximo Ouro para o período 2017 - 2019, além de ter recebido autorização para utilização da imagem do selo Energia Sustentável. Tal reconhecimento foi realizado com a nota máxima possível, após criteriosa análise realizada pela renomada empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers.

Pelo segundo ano consecutivo, a equipe de voluntariado da Enerpeixe conquistou o primeiro lugar no "Desafio do Bem", evento promovido pelo Instituto EDP. Em que pese o significado do título, nossa maior satisfação foi a contribuição para com a instituição que foi auxiliada por nossos voluntários, o que inclusive foi reconhecido por toda comunidade e amplamente divulgado pelos meios de comunicação locais.

Ainda em relação aos méritos, a Enerpeixe manteve as certificações no processo de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, da ISO NBR 14001 na valorização do contingente de colaboradores, da OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho com créditos na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos), INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção, com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade socioambiental, deu continuidade em 2016 aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental, apoiando iniciativas de estudos e conservação do patrimônio cultural e natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos dentro da sua área de atuação.

A própria responsabilidade socioambiental da Companhia foi colocada em seu ponto máximo no ano passado, no tocante à condução do processo de Renovação da Licença de Operação da UHE. A Enerpeixe demostrou competência e se superou, em relação a renovação da Licença de Operação anterior, cujo prazo de duração era de 6 anos, já naquela oportunidade um marco no setor. Para este novo período, conquistamos uma nova Licença de Operação com validade de 10 (dez) anos, sendo que este prazo é o máximo permitido em lei, inclusive com a redução das condicionantes ambientais.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

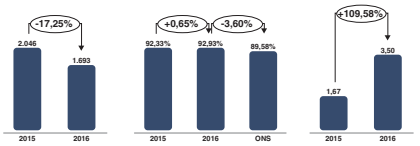
Localizada no Rio Tocantins, tendo a margem direita o município de São Salvador e a margem esquerda o município de Peixe ambos no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil, está situada a UHE Peixe Angical, operada e mantida pela Enerpeixe S.A.

Com 498,75 MW de capacidade instalada e 280,5 MW de energia assegurada, conforme a Portaria nº 11 do Ministério de Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a UHE tem a capacidade de atender a demanda de uma cidade com 4,0 milhões de habitantes.

Durante o exercício de 2016 com a prévia autorização do Operador Nacional do Sistema - ONS, a UHE realizou a manutenção programa de uma unidade geradora.

Ademais, a Companhia atingiu o Indicador de Disponibilidade (ID) na ordem de 92,9%, mesmo tendo realizado intervenções de grande porte, tal como a substituições das barras estatóricas em uma de suas unidades geradores, que exigiu em sua realização a desmontagem/montagem do rotor do gerador.

A seguir demonstramos as variações entre os anos de 2016 e 2015 sobre a geração de energia elétrica, o índice de disponibilidade (média dos últimos 60 meses) e a taxa de falha da UHE.



Como consequência dos efeitos decorrentes da estiagem prolongada, a UHE obteve uma geração de energia elétrica em 2016 de 1.693 GWh inferior em 17,25% ao ano de 2015 que produziu 2.046 GWh, o índice de disponibilidade manteve-se em níveis de excelência superando o índice de referência da ONS em 3,60% e a taxa de falha apresentou aumento no período comparativo derivado principalmente de efeitos decorrentes da restrição de chuvas criando um cenário de seca da vegetação propiciando o surgimento de queimadas ao longo da extensão da linha de transmissão. Os valores da taxa de falha foram de 3,50 em 2016 e 1,67 em 2015.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita cum suprimento de energia elétrica

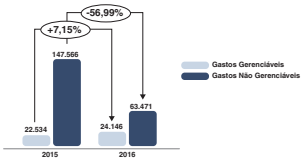
Para o exercício de 2016 a receita com suprimento de energia elétrica apresentou redução de 28% com o valor de R$357.554 frente a R$498.510 em 2015. Destaca-se como fato impactante a redução da contratação total da garantia física da UHE Peixe Angical pelos contratos vigentes, além da redução do preço (R$/MWh) praticado por contrato.

5.2 Receita Operacional Líquida - ROL

A Receita Operacional Líquida - ROL apresentou redução de 28,91% frente a 2015 por conta das alterações contratuais descritas no item 5.1.

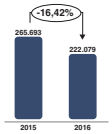
5.3 Gastos operacionais gerenciáveis e não gerenciáveis

O grupo de Gastos Gerenciáveis apresentou uma alta na realização de 7,15%, entretanto quando descontamos a inflação de 2016 (6,29%) verificamos que a Administração da Companhia obteve um resultado expressivo de redução. Para os Gastos Não Gerenciáveis, a redução de 56,99% é resultante dos esforços para o controle do PLD e do GSF, ambos com atuação conjunta do órgão regulador com as empresas de energia elétrica.



5.4 EBITDA

O exercício de 2016 demonstrou um decréscimo no EBITDA da Companhia de 16,42% frente a 2015, este efeito é a resultante da redução da Receita com Suprimento de Energia Elétrica (5.1) e da redução dos Gastos Não Gerenciáveis (5.3).

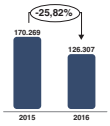


5.5 Resultado financeiro

O comparativo entre os exercícios de 2016 e 2015, demonstra que a receita financeira registrou uma queda de 23,16% (R$6.446 em 2016 e R$8.389 em 2015), esta redução explica-se através da menor disponibilidade de recursos aplicáveis durante o exercício. A despesa financeira contabilizou um aumento de 3,34% (R$47.824 em 2016 e R$46.278 em 2015), o principal componente desta evolução foi o comportamento do IGP-M que em 2016 chegou a 7,17% no acumulado do ano. O Uso do Bem Público - UBP é atualizado com base na variação do IGP-M e somente o efeito da atualização financeira, descontado o Ajuste a Valor Presente - AVP desta obrigação, foi de R$26.429 em 2016 e R$39.228 em 2015.

5.6 Lucro líquido

O lucro líquido em 2016 foi de R$126.307, 25,82% inferior a 2015 onde o resultado contabilizado foi de R$170.269. Os efeitos demonstrados no EBITDA (5.3) explicam quase em sua totalidade a variação.



5.7 Redução do Capital Social

Em busca de prover a maximização de retorno aos acionistas, a Enerpeixe iniciou estudos sobre otimização da estrutura financeira da Companhia e o primeiro movimento resultante desse estudo foi concluir a redução de seu capital social, no montante de R$ 350.000.000,00, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. Tal operação foi realizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2016.

Desta maneira, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 532.627.747,78 (quinhentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 833.252.089 (oitocentos e trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Face a redução de capital, os Senhores Acionistas aprovaram a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a correspondente alteração de seu artigo 5º, refletindo a redução do capital social indicada no item acima.

5.8 Endividamento

Para fazer frente a redução do capital social da Companhia, a Enerpeixe houve por bem realizar, no dia 22 de novembro de 2016, a Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da companhia, mediante Oferta Restrita, a qual representa a 1ª emissão, no valor total de R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), série única, tendo sido emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, no valor unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com prazo de 03 (três) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 22 de novembro de 2019.

Em garantia de todas as obrigações a serem assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, a Companhia realizou a cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, além de direitos creditórios.

6. CONCLUSÃO

É certo que o ano de 2016 revelou grandes desafios para todos os setores da economia brasileira. Os aspectos políticos influenciaram negativamente na economia, razão pela qual houve sensível impacto em todos os setores produtivos do Brasil, pelo que o Setor Elétrico não conseguiu se safar, haja visto a continuidade da escassez de chuvas, a qual manteve em alerta o Operador Nacional do Sistema Elétrico, e também os demais agentes do setor, que tentaram de todas as formas e, com substancial sucesso, espantar os efeitos de uma crise sem precedentes.

Sob este enfoque, a Enerpeixe conseguiu superar as agruras existentes, destacando-se em pontos sensíveis ao longo do ano, sejam eles tanto no aspecto socioambiental, o qual está intimamente ligado com a população ao redor da UHE Peixe Angical, e porque não dizer com relação à qualidade de vida e segurança no trabalho dos próprios colaboradores que laboram na Companhia, como também no aspecto financeiro, com o retorno financeiro dos investimentos realizados pelos acionistas da Companhia.

A projeção da Companhia também teve substancial aumento, na medida em que a marca Enerpeixe, e ainda, a marca de suas acionistas, foram postas positivamente em evidência, em matérias veiculadas por meio da televisão e da internet, o que possibilitou ultrapassar as barreiras do Estado do Tocantins e disseminar, a todo mundo, os princípios basilares que sustentam a Companhia: retorno aos acionistas, responsabilidade social e vida com qualidade a todos.

Tais conquistas somente reforçam o compromisso da administração da Companhia, a qual busca patamar de excelência nos trabalhos desempenhados e nos resultados obtidos, os quais são fruto do trabalho de todos os membros da sociedade: acionistas, conselho de administração, diretoria e colaboradores. Sem o apoio incondicional de cada membro da sociedade, estes 10 (dez) anos de operação não seriam possíveis, razão pela qual o agradecimento a todos é necessário e fica aqui estampado.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2016 Valor (em milhares de reais)			2015 Valor (em milhares de reais)		
Receita líquida (RL)	309.696			435.627		
Resultado operacional (RO)	246.225			288.061		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.843			9.049		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	659	6,70%	0,21%	616	6,26%	0,20%
Encargos sociais compulsórios	1.725	17,53%	0,56%	1.662	16,89%	0,54%
Previdência privada	216	2,19%	0,07%	256	2,60%	0,08%
Saúde	652	6,62%	0,21%	609	6,19%	0,20%
Segurança e saúde no trabalho	55	0,56%	0,02%	61	0,62%	0,02%
Educação	64	0,65%	0,02%	34	0,35%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	170	1,73%	0,05%	112	1,14%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	10	0,10%	0,00%	8	0,08%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	848	8,62%	0,27%	885	8,99%	0,29%
Outros	308	3,13%	0,10%	264	2,68%	0,09%
Total - Indicadores sociais internos	**4.707**	**47,82%**	**1,52%**	**4.507**	**45,79%**	**1,46%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	436	0,18%	0,14%	82	0,03%	0,03%
Esporte	94	0,04%	0,03%	59	0,02%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	**530**	**0,22%**	**0,17%**	**141**	**0,06%**	**0,05%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	42.600	17,30%	13,76%	52.605	21,36%	16,99%
Total - Indicadores sociais externos	**43.130**	**17,52%**	**13,93%**	**52.746**	**21,42%**	**17,03%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.067	0,84%	0,67%	2.143	0,87%	0,69%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**2.067**	**0,84%**	**0,67%**	**2.143**	**0,87%**	**0,69%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2016**			**2015**		
Nº de empregados(as) ao final do período	53			55		
Nº de admissões durante o período	1			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	45			54		
Nº de estagiários(as)	2			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8			8		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			13		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5			**5**		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	**0,00%**			**0,00%**		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			**2015**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6			6		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**227.537**			**279.079**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20% governo 34% acionistas	4% colaboradores(as) 21% terceiros	21% retido	20% governo 30% acionistas	3% colaboradores(as) 17% terceiros	30% retido
7 - Outras Informações						
A Enerpeixe não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente, não está envolvida em corrupção e valoriza e respeita a diversidade interna e externa. Informações não auditadas.						

continua...

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	81.402	82.946
Concessionárias	4	38.827	66.359
Impostos e contribuições sociais	5	11.476	6.958
Estoques		2.785	2.492
Cauções e depósitos vinculados	9		
Outros créditos		943	927
Total do Ativo Circulante		**135.433**	**159.682**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	55.652	50.152
Cauções e depósitos vinculados	9		42
		55.652	**50.194**
Imobilizado	10	1.447.480	1.491.584
Intangível	11	124.206	104.602
		1.571.686	**1.596.186**
Total do Ativo Não Circulante		**1.627.338**	**1.646.380**
Total do Ativo		**1.762.771**	**1.806.062**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	93.493	47.727
Impostos e contribuições sociais	5	24.085	25.495
Dividendos	20	66.115	73.707
Debêntures	13	2.299	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	1.519	1.349
Encargos regulamentares e setoriais	14	1.683	2.561
Uso do bem público	15	23.284	21.426
Provisões	17	1.787	
Outras contas a pagar		96	478
Total do Passivo Circulante		**214.361**	**172.743**
Não Circulante			
Debêntures	13	348.332	
Provisões	17	22.358	
Uso do bem público	15	239.785	230.003
Outras contas a pagar			112
Total do Passivo Não Circulante		**610.475**	**230.115**
Patrimônio Líquido			
Capital social	19.1	532.628	882.628
Reservas de capital		18.546	18.546
Reservas de lucros		386.761	**502.030**
Total do Patrimônio Líquido		**937.935**	**1.403.204**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.762.771**	**1.806.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas	309.696	435.627
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		
Custo do serviço de energia elétrica	(63.471)	(147.566)
Custo de operação	(62.769)	(62.317)
Lucro bruto	**183.456**	**225.744**
Despesas e receitas operacionais		
Despesas com vendas		
Despesas gerais e administrativas	(11.309)	(9.487)
Depreciações e amortizações	(239)	(116)
Outras despesas e receitas operacionais	-	167
	(11.548)	**(9.436)**
Resultado das participações societárias		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**171.908**	**216.308**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	6.446	8.389
Despesas financeiras	(47.824)	(46.278)
	(41.378)	**(37.889)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**130.530**	**178.419**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.723)	(17.053)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.500	8.903
	(4.223)	**(8.150)**
Resultado líquido do exercício	**126.307**	**170.269**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Geração do valor adicionado	**358.654**	**501.822**
Receita operacional	357.845	499.078
Receita relativa à construção de ativos próprios	717	2.577
Outras receitas	92	167
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(85.556)**	**(179.841)**
Custos da energia comprada	(36.843)	(130.810)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.098)	(31.798)
Materiais	(970)	(866)
Serviços de terceiros	(11.241)	(14.567)
Outros custos operacionais	(3.404)	(1.800)
Valor adicionado bruto	**273.098**	**321.981**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(52.321)	(51.534)
Valor adicionado líquido produzido	**220.777**	**270.447**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.760	8.632
Valor adicionado total a distribuir	**227.537**	**279.079**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**8.471**	**7.710**
Remuneração direta	5.956	5.695
Benefícios	2.153	1.642
F.G.T.S.	362	373
Impostos, taxas e contribuições	**44.325**	**54.267**
Federais	44.144	54.226
Estaduais	149	20
Municipais	32	21
Remuneração de capitais de terceiros	**48.434**	**46.833**
Juros	47.824	46.278
Aluguéis	610	555
Remuneração de capital próprio	**77.783**	**86.714**
Juros sobre capital próprio	77.783	86.714
	179.013	**195.524**
Lucros retidos	**48.524**	**83.555**
	227.537	**279.079**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	130.530	178.419
Depreciações e amortizações	50.171	49.386
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		54
Despesas pagas antecipadamente	726	684
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	3.569	6.526
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	31.969	39.228
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(179)	
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	15.053	17.308
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.755)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(381)	(397)
Outros	42	
	231.500	**287.453**
(Aumento) Diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	27.532	(12.898)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.948)	(2.811)
Estoques	(293)	(1.386)
Cauções e depósitos vinculados		39.088
Despesas pagas antecipadamente	(737)	(699)
Outros ativos operacionais	137	(325)
	19.691	**20.969**
Aumento (Diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	45.766	22.873
Outros tributos e contribuições sociais	(11.748)	2.963
Obrigações estimadas com pessoal	170	116
Encargos regulamentares e setoriais	(16.073)	(18.917)
Provisões	(1.401)	
Uso do bem público	(20.329)	(18.464)
Outros passivos operacionais	(494)	514
	(4.109)	**(10.915)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**247.082**	**297.507**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.091)	(22.619)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**240.991**	**274.888**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.097)	(2.820)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(2.097)**	**(2.820)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	(350.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(237.500)	(125.375)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	347.062	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(123.437)
Pagamento de Encargos de dívidas		(6.929)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(240.438)**	**(255.741)**
(Redução) Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa	**(1.544)**	**16.327**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	81.402	82.946
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	82.946	66.619
	(1.544)	**16.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**882.628**	**18.546**	**488.475**	**-**	**1.389.649**
Dividendo extraordinário - AGE de 01/12/2015			(70.000)		(70.000)
Lucro líquido do exercício				170.269	170.269
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			8.513	(8.513)	-
Reserva de retenção de lucros			52.075	(52.075)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			22.967	(22.967)	-
Dividendos/JSCP				(86.714)	(86.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**882.628**	**18.546**	**502.030**	**-**	**1.403.204**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**882.628**	**18.546**	**502.030**	**-**	**1.403.204**
Redução de capital - AGE de 08/07/2016	(350.000)	-	-	-	(350.000)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Dividendo adicional aprovado - AGE 06/06/2016			(163.793)		(163.793)
Lucro líquido do exercício				126.307	126.307
Destinação do lucro					-
Constituição de reserva legal			6.315	(6.315)	-
Reserva de retenção de lucros			28.515	(28.515)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			13.694	(13.694)	-
Dividendos/JSCP				(77.783)	(77.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**532.628**	**18.546**	**386.761**	**-**	**937.935**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no ambiente de contratação regulada (ACR) assim como no ambiente de contratação livre (ACL).

1.1 Contrato de Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade Integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$263.069 (R$251.429 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação especifica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras são evidenciadas e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 12); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 6); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 25); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões as normas já existentes.

Em relação as normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação a norma IFRS 15. Esta norma introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação a norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) toma os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto; CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária; CPC 22 - Informações por Segmento; CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 28 - Propriedade para Investimento; CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola; CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades; e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

2.8 Eventos do exercício

2.8.1 2ª Renovação da Licença de Operação

A Enerpeixe protocolou junto ao IBAMA em outubro de 2015 o pleito para a 2ª Renovação da Licença de Operação nº 518/2006 recebendo no dia 15 de julho de 2016 o aceite do pleito. A 2ª Renovação concebeu 10 (anos) de vigência desde que atendidas as condicionantes aplicáveis.

Os efeitos contábeis da 2ª Renovação da Licença de Operação foram registrados de acordo com o disposto no OCPC 05 - Contratos de Concessão, onde registra-se no Ativo intangível (nota 11.3) a Licença mensurada através dos custos de atendimento as condicionantes pelo tempo de vigência em contrapartida do Passivo - Provisões. A amortização do Ativo Intangível ocorrerá de forma linear ao longo da vigência da referida Licença.

2.8.2 1ª Emissão de debêntures

Em meados de 2016 a Enerpeixe liquidou antecipadamente junto ao BNDES e consórcio de Bancos os contratos firmados na obtenção do financiamento utilizado para a construção da UHE Peixe Angical, a partir dai iniciou-se um plano de otimização da estrutura financeira da Companhia culminando no dia 22 de novembro de 2016 na emissão da 1ª Debênture da Enerpeixe no valor total de R$350.000.000,00.

2.8.3 Redução de Capital

Como ato continuo ao plano de otimização da estrutura financeira da Companhia em 08 de dezembro de 2016 após a obtenção das autorizações necessárias promoveu a redução do Capital Social em R$350.000.000,00. O recurso foi integralmente repassado aos acionistas na proporção das ações (nota 19.1).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	1.092	21.915
Aplicações financeiras - CDI	80.310	61.031
Total	**81.402**	**82.946**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam entre 99,00% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.3.2.

4 Concessionárias

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 de R$38.827 (R$66.359 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.3.2.

	Total	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	29.163	29.163	53.918
Energia de curto prazo	9.664	9.664	12.441
	38.827	38.827	66.359
Total Circulante	**38.827**	**38.827**	**66.359**

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	4.040	6.018	381			10.439
PIS e COFINS	107	77				184
IRRF sobre aplicações financeiras	2.811	853			(2.811)	853
Total	**6.958**	**6.948**	**381**	**-**	**(2.811)**	**11.476**
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	8.900	9.723		(6.091)	(2.811)	9.721
ICMS sobre diferencial de alíquota	108	123		(212)		19
PIS e COFINS	3.100	24.773		(25.640)		2.233
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	234	717		(571)		380
IRRF sobre juros sobre capital próprio	13.007	11.667		(13.007)		11.667
Encargos com pessoal	146	1.859		(1.940)		65
Total	**25.495**	**48.862**	**-**	**(47.461)**	**(2.811)**	**24.085**

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC, relativos a períodos anteriores.

5.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio (Nota 20). No exercício de 2016 foi retido o montante de R$11.667 frente a R$13.007 no ano de 2015.

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As variações com imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado	
	Base de cálculo	31/12/2016 Total	31/12/2015 Total	Base de cálculo	31/12/2016 Total	31/12/2015 Total	2016 IR/CS	2015 IR/CS
Natureza dos cálculos								
Diferenças temporárias								
Uso do bem público - CPC 25	263.069	89.442	85.485	98.880	33.619	35.333	5.671	8.903
Outros	24.145	8.211		24.653	8.382		(171)	
Total diferenças temporárias		**97.653**	**85.485**		**42.001**	**35.333**	**5.500**	**8.903**
Total Bruto		**97.653**	**85.485**		**42.001**	**35.333**	**5.500**	**8.903**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		**(42.001)**	**(35.333)**		**(42.001)**	**(35.333)**		
Total		**55.652**	**50.152**		**-**	**-**		

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Não Circulante
11.651	3.441	3.441	3.441	3.441	10.323	61.915	97.653

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2016, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Os valores a partir de 2025 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

7 Partes relacionadas

	Relacionamento	Preço praticado R$/MWh	Duração	Ativo Circulante 31/12/2016	Ativo Circulante 31/12/2015	Passivo Circulante/Não Circulante 31/12/2016	Passivo Circulante/Não Circulante 31/12/2015	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2016	Resultado Receitas (Despesas) Operacionais 2015
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle comum	202,39	1/2/2006 a 31/1/2016		21.831			17.784	196.129
EDP Bandeirante	Controle comum	219,29	1/2/2006 a 31/1/2016		7.761			6.322	73.743
EDP Escelsa	Controle comum	216,64	23/12/2002 a 31/1/2016		10.428			8.688	98.039
EDP Escelsa	Controle comum	147,00	1/1/2016 a 31/12/2018	11				112	
EDP Comercializadora	Controle comum		23/12/2002 a 31/1/2016					5.009	7.602
EDP Comercializadora	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2016	6.908				54.337	
EDP Comercializadora	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2019	20.177				228.174	
EDP Pecém	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2016					6.805	
EDP Lajeado	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2016					939	
			Total Concessionárias	**27.096**	**40.020**	**-**	**-**	**328.170**	**375.513**
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de custos jurídicos									
Energest	Controle comum		Duração do processo				2	(4)	(2)
EDP Energias do Brasil	Controladora direta		Duração do processo				110		(110)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle comum		11/03/2013 a 11/03/2014						
Prestação de serviços de reparos									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		15/09/2015 a 15/03/2016				13	(130)	(13)
			Total Outras contas a pagar	**-**	**-**	**-**	**125**	**(134)**	**(125)**
Fornecedores									
Compra de energia elétrica para revenda									
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2012 a 31/12/2014						
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015				3.288		(49.585)
Encargos de uso da rede básica									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador						269	(2.475)	(2.287)
			Total Fornecedores	**-**	**-**	**-**	**3.557**	**(2.475)**	**(51.872)**
			Total Circulante	**27.096**	**40.020**	**-**	**3.557**		
			Total Não Circulante			**-**	**125**		
			Total Resultado					**325.561**	**323.516**

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria
Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2015:
Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2016 (valores demonstrados em R$):

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	**5**	**2**	**7**
Remuneração fixa anual (em R$)	**90.720**	**841.924**	**932.644**
Salário ou pró-labore	84.000	779.559	863.559
Encargos sociais	6.720	62.365	69.085
Valor total da remuneração, por órgão	**90.720**	**841.924**	**932.644**

8.1.2 Remuneração média anual do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2016:

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R$)	3.500	25.000
Valor da menor remuneração individual (em R$)	3.500	22.000
Valor médio de remuneração individual (em R$)	3.500	23.500

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.
Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 15 de abril de 2016, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R$1.200.000,00 para o período de abril de 2016 a março de 2017 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do parágrafo único do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante 31/12/2016	Circulante 31/12/2015	Não Circulante 31/12/2016	Não Circulante 31/12/2015
Depósitos judiciais				42
Total	**-**	**-**	**-**	**42**

O depósito judicial apresentado em 31 de dezembro de 2015 no valor de R$42, após uma análise mais aprofundada identificamos que em nenhum momento do processo a Companhia receberá o mencionado valor de volta, diante desta análise, optamos por direcionar a classificação nos resultados do exercício de 2016.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

	31/12/2016 Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2015 Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.023		13.023		13.023		13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	1,91	853.746	(174.019)	679.727	1,91	853.746	(156.868)	696.878
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	259.858	(56.729)	203.129	2,09	259.858	(51.295)	208.563
Máquinas e equipamentos	3,12	745.841	(233.492)	512.349	3,12	745.842	(210.246)	535.596
Veículos	14,15	1.934	(853)	1.081	14,15	1.934	(644)	1.290
Móveis e utensílios	8,68	1.045	(538)	507	8,68	1.045	(465)	580
Outros				-				
		1.875.447	**(465.631)**	**1.409.816**		**1.875.448**	**(419.518)**	**1.455.930**
Administração								
Máquinas e equipamentos	3,12	13	(9)	4	3,12	13	(7)	6
Móveis e utensílios	8,68	609	(340)	269	8,68	609	(285)	324
		622	**(349)**	**273**		**622**	**(292)**	**330**
Total do Imobilizado em serviço		**1.876.069**	**(465.980)**	**1.410.089**		**1.876.070**	**(419.810)**	**1.456.260**
Imobilizado em curso								
Geração		37.391		37.391		35.324		35.324
Total do Imobilizado em curso		**37.391**	**-**	**37.391**		**35.324**	**-**	**35.324**
Total Imobilizado		**1.913.460**	**(465.980)**	**1.447.480**		**1.911.394**	**(419.810)**	**1.491.584**

10.1 Mutação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2015	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2016
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	696.878		(17.151)			679.727
Edificações, obras civis e benfeitorias	208.563		(5.434)			203.129
Máquinas e equipamentos	535.602		(23.249)			512.353
Veículos	1.290		(209)			1.081
Móveis e utensílios	904		(128)			776
Total do Imobilizado em serviço	**1.456.260**	**-**	**(46.171)**	**-**	**-**	**1.410.089**
Imobilizado em curso	35.324	2.067				37.391
Total do Imobilizado	**1.491.584**	**2.067**	**(46.171)**	**-**	**-**	**1.447.480**

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

	31/12/2016 Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2015 Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	711	(690)	21	20,00	711	(666)	45
Servidão permanente		269		269		269		269
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	28.472	(3.819)	24.653	16,67	2.747	(2.671)	76
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(52.543)	98.880	3,28	151.423	(47.579)	103.844
		180.875	**(57.052)**	**123.823**		**155.150**	**(50.916)**	**104.234**
Administração								
Software	20,00	270	(252)	18	20,00	270	(237)	33
		270	**(252)**	**18**		**270**	**(237)**	**33**
Total do Intangível em Serviço		**181.145**	**(57.304)**	**123.841**		**155.420**	**(51.153)**	**104.267**
Intangível em curso		365		365		335		335
Total Intangível		**181.510**	**(57.304)**	**124.206**		**155.755**	**(51.153)**	**104.602**

11.1 Mutação do intangível

	Valor líquido 31/12/2015	Ingressos	Transferência para Intangível em serviço	Amortização	Valor líquido 31/12/2016
Intangível em serviço					
Software	78			(39)	39
Servidão permanente	269				269
Direito de concessão - Licenças ambientais	76		25.725	(1.148)	24.653
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	103.844			(4.964)	98.880
Intangível em curso	335	25.755	(25.725)		365
Total Intangível	**104.602**	**25.755**	**-**	**(6.151)**	**124.206**

11.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP
Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado da UHE Peixe Angical. O registro do direito e da correspondente obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI para empreendimentos em construção e, na data da assinatura do contrato, para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa, a valor presente, e a contrapartida a conta de ativo intangível. Para os empreendimentos em construção, os valores são capitalizados pelas atualizações da obrigação trazidas a valor presente até a data de entrada em operação, onde se inicia a amortização pelo prazo da concessão, ou outro prazo quando indicado no contrato de concessão.
11.3 Direito de concessão - Licenças ambientais
Através da 2ª Renovação da Licença de Operação emitida pelo Ibama julho de 2016, a Enerpeixe assegurou pelos próximos 10(dez) anos o direito de operar o empreendimento UHE Peixe Angical. No processo de emissão da LO são vinculadas condicionantes para o acompanhamento e manutenção da referida licença ao longo da vigência e o descumprimento de qualquer uma das condicionantes poderá implicar na perda do direito.

12 Fornecedores

	Circulante 31/12/2016	Circulante 31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	4.220	3.288
Encargos de uso da rede elétrica	3.338	3.046
Operações CCEE	84.858	39.927
Materiais e serviços	1.077	1.466
Total	**93.493**	**47.727**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.
O montante a ser liquidado junto a CCEE de R$84.858, está impactado em sua totalidade pela aplicação do GSF acrescido de atualização monetária desde março de 2015. O GSF é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas.
A Enerpeixe em conjunto com as empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, propuseram em 18 de junho de 2015 ação judicial visando prevenir e reparar danos que, desde janeiro de 2014 as Geradoras vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.
Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior a garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito e julgado da ação mencionada. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R$ 52 ao ANEEL, caso a decisão não seja cumprida.
Atualmente aguarda-se decisão do recurso interposto pela ANEEL em 27 de julho de 2015 contra a decisão que concedeu a liminar.
A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos atuais valores do GSF, valores que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

13 Debêntures

13.1 Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	Dez/2016	Dez/2016 a Nov/2019	Otimização da estruturação financeira	114,5% do CDI a.a.	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestrais	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia
(-) Custos de emissão						22/11/2016 a 22/11/2019			Amortização mensal	

	31/12/2016 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	31/12/2015 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total
	3.471		350.000	353.471				-
		(1.172)	(1.668)	(2.840)				
	3.471	**(1.172)**	**348.332**	**350.631**	**-**	**-**	**-**	**-**

13.2 Mutação da Debênture

	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante						
Principal						
Juros			3.471			3.471
Custo de transação				(1.270)	98	(1.172)
			3.471	**(1.270)**	**98**	**2.299**
Não Circulante						
Principal		350.000				350.000
Juros						
Custo de transação		(2.938)		1.270		(1.668)
		347.062		**1.270**		**348.332**

14 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.025	10.665		(11.115)		1.575
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	440	3.097	5	(3.684)	142	
Taxa de fiscalização - ANEEL	96	1.286		(1.274)		108
Total	**2.561**	**15.048**	**5**	**(16.073)**	**142**	**1.683**
Circulante	2.561					1.683
Total	**2.561**					**1.683**

15 Uso do bem público

A Companhia, remunera a outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, e assim pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.
De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11.2) no momento inicial do reconhecimento.
Este Intangível é amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o Passivo é amortizado proporcionalmente a realização do pagamento.
Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.

15.1 Mutação do UBP - Uso do bem público

	Saldos em 31/12/2015	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Amortizações	Transferência	Saldos em 31/12/2016
Circulante						
Uso do Bem Público	21.426	(55)	479	(20.329)	21.763	23.284
	21.426	**(55)**	**479**	**(20.329)**	**21.763**	**23.284**
Não Circulante						
Uso do Bem Público	230.003	2.325	29.220		(21.763)	239.785
	230.003	**2.325**	**29.220**	**-**	**(21.763)**	**239.785**

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2016	31/12/2015
Folha de pagamento	1.309	1.178
INSS e FGTS	210	171
Total	**1.519**	**1.349**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

17 Provisões

17.1 Risco de perda possível
A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Ativo Depósito Judicial (Nota 9) 31/12/2016	Ativo Depósito Judicial (Nota 9) 31/12/2015
Trabalhistas	77	55		
Cíveis	21.604	12.118		42
Fiscais	27.404	25.877		
Administrativas		25		
Total	**49.085**	**38.075**	**-**	**42**

Resolução CNPE nº 03/2013
As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).
Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a atualidade.
Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2016 é de R$7.618 e em 31 de dezembro de 2015 o valor estimado era de R$6.300.
SAESA - Santo Antônio Energia S.A.
Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R$6.221 em 31 de dezembro de 2015 o valor estimado era de R$5.144.
Fiscais
A Companhia através do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009 foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. No dia 18 de dezembro de 2015 através do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma da DRJ/BSB, a Enerpeixe obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos da defesa apresentada pela Enerpeixe, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, exonerando esta Companhia do pagamento da penalidade. Trata-se de uma decisão que pende de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o artigo 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.
Em 31 de dezembro de 2016 o processo possui valor de R$ 17.992 frente a R$17.113 em 31 de dezembro de 2015.
O processo de nº 2014/6870/500317, refere-se a escrituração de documentos no âmbito da Fazenda Estadual do Tocantins, o auto de infração menciona possíveis variações nos livros de entrada da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 o processo possui o valor de R$3.951, R$3.594 em 31 de dezembro de 2015.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantêm atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.
18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida
A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A., a implantação ocorreu em março de 2010.
Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R$218.
Esse plano tem a adesão de 26 colaboradores.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social
A composição do capital social em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2016 Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	319.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	213.051
	833.252.089	**100%**	**532.628**

A Companhia durante o ano de 2016 realizou a redução do Capital Social no valor de R$350.000.000,00, essa redução foi autorizada pelo órgão regulador e através de AGE de 08 de julho de 2016 pelas acionistas. A redução foi concluída após a entrada de recursos da 1ª Emissão de Debêntures da Enerpeixe, em continuidade ao plano de otimização do Capital da Companhia.
Os recursos relativos a redução do Capital Social foram integralmente creditados as acionistas em 08 de dezembro de 2016, na proporção da participação acionionária.

19.2 Reservas

	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	**18.546**
Reservas de lucros		
Reserva legal	73.634	67.318
Retenção de lucros	97.173	232.452
Incentivos fiscais	215.954	202.260
	386.761	**502.030**
Total	**405.307**	**520.576**

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais
A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.
19.2.2 Reserva de retenção de lucros
Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de retenção de lucros, em consonância com o Estatuto Social.

20 Dividendos/Juros sobre o capital próprio

	Passivo 31/12/2016	Passivo 31/12/2015
EDP - Energias do Brasil S.A.*	39.669	44.224
Furnas Centrais Elétricas S.A.*	26.446	29.483
Total*	**66.115**	**73.707**

* Valores apresentados líquidos de imposto de renda

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido apurado no exercício	126.307	170.269
Constituição da Reserva de incentivo fiscal - ADA	(13.694)	(22.967)
Constituição da Reserva legal - 5%	(6.315)	(8.513)
Lucro a distribuir	**106.298**	**138.789**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	26.575	34.697
Remuneração proposta:		
Dividendos - JSCP *	77.783	86.714
Reserva de lucros	28.515	52.075
Remuneração líquida	**106.298**	**138.789**
Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R$)	**0,0934**	**0,1041**

* Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 08 de dezembro de 2016, no valor de R$77.783 (R$66.115 líquido de IRNF).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Receita operacional líquida

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para concessionárias é efetuado mensalmente.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	MWh (*)		R$	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	2.277.976	2.393.304	357.554	498.510
Energia de curto prazo	4.435		291	568
	2.282.411	**2.393.304**	**357.845**	**499.078**
Total Suprimento	**2.282.411**	**2.393.304**	**357.845**	**499.078**
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita			(33.101)	(46.165)
PIS/COFINS			(33.101)	(46.165)
Encargos do consumidor			(15.048)	(17.286)
P&D			(3.097)	(4.356)
Outros encargos			(11.951)	(12.930)
Receita operacional líquida	**2.282.411**	**2.393.304**	**309.696**	**435.627**

(*) Não auditado

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	Exercícios findos em 31 de dezembro						
						2016	2015
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	33.434					33.434	118.709
Encargos de uso da rede elétrica	30.037					30.037	28.857
Taxa de fiscalização							
Compensações financeiras							
	63.471	**-**	**-**	**-**		**63.471**	**147.566**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.811		4.032		9.843	9.049
Material		512		458		970	710
Serviços de terceiros		5.519		5.722		11.241	12.145
Depreciação		43.781		239		44.020	43.899
Amortização		6.151				6.151	5.487
Provisão para crédito liquidação duvidosa/perdas líquidas							-
Aluguéis e arrendamentos		130		455		585	530
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(167)
Outras		865		642		1.507	100
	-	**62.769**	**-**	**11.548**	**-**	**74.317**	**71.753**
Total	**63.471**	**62.769**	**-**	**11.548**	**-**	**137.788**	**219.319**

23 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.173	7.617
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	381	397
Descontos obtidos		
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(314)	(243)
Outras receitas financeiras	1.206	618
	6.446	**8.389**
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada		
Encargos de dívidas	(3.471)	(6.430)
Variação monetária em moeda nacional		(96)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(188)	(198)
Juros e multas sobre impostos		
Ajuste a valor presente Uso do bem público	3.270	1.884
Atualização monetária do Uso do bem público	(29.699)	(41.112)
Atualização monetária juros do GSF	(12.168)	
Outras despesas financeiras	(5.568)	(326)
	(47.824)	**(46.278)**
Total	**(41.378)**	**(37.889)**

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base nos resultados tributáveis, as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Tanto o imposto de renda quanto a contribuição social consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	IRPJ/CSLL	
	2016	2015
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	130.530	178.419
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(44.380)	(60.662)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	536	59
Juros sobre o capital próprio	25.927	29.511
Outros		
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	(25)	
Incentivos fiscais		
ADA/SUDAM	13.694	22.967
Despesa de IRPJ e CSLL	**(4.223)**	**(8.150)**
Alíquota efetiva	**3,24%**	**4,57%**

24.1 Incentivos fiscais - ADA/SUDAM

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene e da Sudam que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Companhia obteve em 2006 a concessão do direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2007 a 2016.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais foi registrado no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, é destinada à Reserva de lucro denominada Reserva de incentivos fiscais (Nota 19.2.1), em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.1 Considerações gerais

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

25.2 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Ativos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Disponíveis para venda

São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Categoria	Níveis	Valor justo 31/12/2016	Valor justo 31/12/2015	Valor contábil 31/12/2016	Valor contábil 31/12/2015
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3						
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	80.310	61.031	80.310	61.031
Bancos conta movimento		Empréstimos e recebíveis		1.092	21.915	1.092	21.915
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis		38.827	66.359	38.827	66.359
				120.229	**149.305**	**120.229**	**149.305**
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	93.493	47.727	93.493	47.727
Debêntures	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	350.631		350.631	
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	263.069	251.429	263.069	251.429
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2		112		112
				707.193	**299.268**	**707.193**	**299.268**

25.2.1 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.2.2 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluidos no Nivel 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similiares as contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento. Não houve alteração na classificação dos níveis de Instrumentos Financeiros no exercício.

25.3 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.3.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui riscos de mercado associados aos negócios.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil nos ativos e passivos financeiros avaliados na Companhia.

25.3.2 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos financeiros									
Aplicações Financeira - CDB	CDI	35			35	44	53	26	18
Aplicações Financeira - Debêntures	CDI	7.522			7.522	9.403	11.283	5.642	3.761
Instrumentos financeiros ativos		**7.557**	**-**	**-**	**7.557**	**9.447**	**11.336**	**5.668**	**3.779**
Debêntures	CDI	10.029	20.059		30.088	37.610	45.132	22.566	15.044
Instrumentos financeiros passivos		**10.029**	**20.059**	**-**	**30.088**	**37.610**	**45.132**	**22.566**	**15.044**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 15,00% e 10,00% e TJLP em 5,50%.

25.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2016 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada a energia assegurada, cujo volume é determinado pelo Órgão Regulador e que consta no contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas hidrelétricas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

25.4.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante, ficou negativo em R$78.928 em 31 de dezembro de 2016 (R$13.061 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2016					31/12/2015
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	292				292	571
Obrigações de compra	17.181	14.730	2.201	3.864	37.976	52.712
Comercialização de energia	241				241	658
Materiais e Serviços	16.940	14.730	2.201	3.864	37.735	52.054
Juros Vincendos de Debêntures	45.257	51.640			96.897	
	62.730	**66.370**	**2.201**	**3.864**	**135.165**	**53.283**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto 8,90%.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

	31/12/2016	31/12/2015
Tipo de garantia oferecida	**Valor**	**Valor**
Fiança bancária	5.393	5.295
Penhor de direitos	353.471	
	358.864	**5.295**

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação de imóvel (R$443) e contratos da ONS (R$4.950).

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Diante da 1ª Emissão de Debêntures da Enerpeixe, foram alocados em garantia o penhor de direitos no valor de R$353.471, vigentes em 31 de dezembro de 2016.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações			144.845	54.030
Usinas	965.633	220.000	820.788	306.170
Responsabilidade civil	50.000	50.000	20.000	20.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600		

28 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de Juros sobre o capital próprio a pagar no valor de R$77.783, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

José Marcio Peralta
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

Marcus Vinicius Vaz
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araujo Junior
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Nadalutti Filho
Diretor de Operação

Fábio Dias Bonvini
Gerente Administrativo e Financeiro
Contador - CRC 1SP253005/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Enerpeixe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6